

LENDO “FELICIDADE CLANDESTINA”, DE CLARICE LISPECTOR, A PARTIR DE ALGUNS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

Vanessa Rita de Jesus Cruz (UFT)

vanessalinguagens@hotmail.com

João de Deus Leite (UFT)

joadodedeusleite@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma breve análise do texto “Felicidade clandestina”, de Clarice Lispector, considerando o quadro teórico da Análise de Discurso francesa, mais especificamente no que diz respeito ao conceito de texto para esta disciplina, considerando a historicidade, o interdiscurso e a heterogeneidade que permeiam nossos discursos. O texto é uma das formas do sujeito produzir sentido, por isso, diferentes teorias têm se debruçado sobre ele como objeto de estudo, análise e interpretação, o que proporciona os variados conceitos e métodos de lidar com ele. Dentre essas teorias, está a Análise de Discurso. Sendo assim, pretendemos, ao analisar o referido texto, remetê-lo à condição de discurso, que é o objeto da Análise de Discurso. Para essa teoria, o discurso constitui-se como um objeto que é linguístico e histórico e é assim que o tomaremos neste trabalho.

Palavras-chave:

Discurso. Texto. Análise de Discurso.

ABSTRACT

This paper aims to carry out a brief analysis of the text “Felicidade clandestina”, by Clarice Lispector, considering the theoretical framework of French Discourse Analysis, more specifically with regard to the concept of text for this discipline, considering historicity, interdiscourse and the heterogeneity that permeates our speeches. The text is one of the ways in which the subject produces meaning, so different theories have focused on it as an object of study, analysis and interpretation, which provides the various concepts and methods of dealing with it. Among these theories is Discourse Analysis. Therefore, we intend, by analyzing the text, to refer it to the condition of discourse, which is the object of Discourse Analysis. For this theory, discourse is constituted as an object that is linguistic and historical and that is how we will take it in this work.

Keywords:

Speech. Text. Discourse Analysis.

1. Considerações iniciais

A Linguística moderna, inaugurada com o *Curso de Linguística*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Geral, de Ferdinand de Saussure (1916), no início do século XX, marcou de modo decisivo o campo da Linguística, sendo essencial para termos o conhecimento que hoje temos sobre as principais correntes do pensamento linguístico moderno.

A Análise de Discurso é uma dessas correntes. Último movimento nos estudos da linguagem no século XX, conforme Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi (2006). Trata-se de uma disciplina desenvolvida na França, no final da década de sessenta, que tem como objeto de estudos o discurso visto como um objeto “integralmente linguístico e integralmente histórico” (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006, p. 151). Dessa forma, podemos pensar a exterioridade não como um fora em que a linguagem está, de certa forma, relacionada; a exterioridade constitui a linguagem e seu funcionamento. Assim, o linguístico e a exterioridade devem ser pensados em uma “relação constitutiva do processo linguístico” (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006, p. 151).

A Análise de Discurso é uma teoria que pensa um diálogo epistemológico entre três campos disciplinares: a linguística, o marxismo e a psicanálise, estabelecendo rupturas e transformações nas três áreas. Da linguística de Saussure, Michel Pêcheux retirou a questão de a língua ser a base material dos processos discursivos; do marxismo histórico, interessa a ele o fato de as relações sociais serem desiguais e conflituosas (vale destacar que, quando Michel Pêcheux convoca epistemologicamente o marxismo histórico, ele não traz o conceito de homogeneização); da psicanálise freudo-lacaniana, ele releu a noção de sujeito clivado, heterogêneo e inconsciente. Logo, nem a língua, nem a história e nem o sujeito são transparentes.

A Análise de Discurso se distancia da dicotomia língua e fala, proposta por Saussure, e se volta para “uma relação não dicotômica entre língua e discurso” (ORLANDI, 2006, p. 14), sendo o discurso visto em sua relação tanto com o linguístico quanto com a exterioridade, em que se pressupõe a não separação do social e do histórico.

Discurso não é o mesmo que língua nem o mesmo que fala. Segundo Orlandi (1984), Pêcheux, em “Análise Automática do Discurso”, de 1969, define discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 1984, p. 10), efeitos que são produzidos na e pela linguagem.

O homem tem a necessidade de produzir sentido, e para isso precisa falar, enunciar. Para falar e enunciar, ele utiliza a língua. Esse homem, então, é interpelado em sujeito e provocado pelos sentidos. Para a

Análise de Discurso, o sujeito não é um indivíduo com uma existência particular, com individualidades, e sim um ser social, que existe em um espaço coletivo e em um momento da história. Sujeito esse que é constituído pela ideologia – ideologia não é tomada como ocultação, mas como um mecanismo da linguagem de produzir sentidos.

Como já mencionamos, o texto é uma das formas do sujeito produzir sentido, por isso, diferentes teorias têm se debruçado sobre ele como objeto de estudo, análise e interpretação, o que proporciona os variados conceitos e métodos de lidar com ele. Algumas dessas teorias são a Linguística Textual, a Linguística da Enunciação e a Análise de Discurso.

2. Considerações teóricas e analíticas

Se, por um lado, temos a Linguística Textual que investe no efeito de unidade do texto, por outro lado, temos a Linguística da Enunciação e a Análise de Discurso que investem em mecanismos que produzem a dispersão de sentido do texto. Para as duas últimas teorias, o que há é efeito de sentido (tome efeito como uma construção que é produzida por variáveis como a historicidade e a identificação do sujeito com determinadas ideologias). Na Linguística Textual, temos a *atribuição* de sentido; na Linguística da Enunciação e na Análise de Discurso, temos a *constituição* do sentido.

Nenhuma das três teorias “abre mão” da materialidade do texto, mas do ponto de vista da Linguística Textual é possível se fechar o sentido; por meio dos elementos de coesão e coerência é possível se garantir o efeito de sentido. Quando se escreve, cria-se uma imagem de interlocutor, planeiam-se as ideias na tentativa de se fechar o sentido. Enquanto para a Linguística da Enunciação e Análise de Discurso não é possível se fechar o sentido. Para a primeira teoria – Linguística Textual –, o sentido está no texto; para as outras, o efeito de sentido está no ponto de contato da historicidade com o social. A historicidade (que tem a ver com o valor social) afeta a língua e inclui o já dito, o dito, o não dito, o interdito e contribui para a produção de sentidos.

O linguista da enunciação e o analista de discurso abrem espaço para várias interpretações, por isso, para eles o sentido não está no texto, mas na relação que o sujeito estabelece com o mesmo, dada em possibilidades de dispersão. Para a Análise de Discurso, a linguagem é equívoca

e a dispersão tem a ver com a divisão de sentidos. Cada sujeito se relaciona de uma forma com o sentido.

A Linguística Textual é o campo da Linguística moderna que tem como foco o texto. Ela surgiu no final da década de 60 e se estende até a atualidade. Mesmo dentro da Linguística Textual, que tem o próprio texto como objeto, o conceito do mesmo pode se modificar, como nos mostra Ingedore Grünfeld Villaça Koch (1995): ora é visto como uma unidade linguística superior à frase; ora como um conjunto de proposições semânticas; como uma sequência de atos de fala; como fenômeno psíquico ou como parte de atividades de comunicação, por exemplo, dependendo da orientação adotada (KOCH, 1995).

A Linguística Textual passou por diferentes fases, o que provocou que a noção de texto também se diferenciasse ao longo desse percurso. Em sua primeira fase, na década de sessenta, fortemente ligada à sintaxe, o texto era considerado uma “frase complexa”, porque era fruto de mecanismos interfrásticos que evidenciavam a gramática de uma língua; o texto tinha um sentido unívoco. Em sua segunda fase, chamada semântica, na década de setenta, o foco estava no sentido e texto era uma sequência coerente de enunciados. Ainda na década de setenta, temos a terceira fase, perspectiva pragmática; o foco era a língua em uso; falava-se de um sujeito intencional que buscava provocar um comportamento no outro. Nessa fase, texto é a língua em funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Para a pragmática, há o sentido. Em sua quarta fase, a chamada virada cognitiva, na década de oitenta, texto é depósito e processamento de informação. Após a década de oitenta até a atualidade, temos a perspectiva sociocognitivo-interacionista em que se busca a integração entre processos cognitivos que se constituem dentro e fora da mente; nessa perspectiva, texto é o próprio lugar da interação, pressupõe o outro.

Em todas essas fases, a Linguística Textual teve seu objeto concebido de diferentes maneiras. Embora com conceitos de textos diferentes, a Linguística Textual, ao longo de seu percurso, apontou para mecanismos linguísticos produtores de efeito de unidade do texto, isso por que se tem a ideia de um sujeito (produtor, locutor) que controla estrategicamente os sentidos, ou seja, um sujeito cognoscente; sendo assim, por meio de estratégias diversificadas – regras sintáticas, elementos de coesão, coerência, persuasão – o sujeito consegue “delimitar”, “prever” o sentido.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Eduardo Guimarães (1995), texto, como categoria da teoria da enunciação, está relacionado à noção de posição-autor e da sua relação com o interdiscurso, que no texto representa uma evidência de ilusão empírica, responsável pelo efeito de unidade e finitude do mesmo. Se o texto é visto como objeto empírico (início, meio e fim) ele

[...] não é objeto específico de nenhuma disciplina ou ciência (...) Chamar algo de texto é constituir uma categoria e considerá-la pertinente por alguma razão. Estou de fato dizendo que o caráter inquestionável da existência do que se chama texto é já uma categorização e não o reconhecimento de algo que existe por si. (GUIMARÃES, 1995, p. 65)

Poderíamos dizer, então, com base em Guimarães (1995), que o que é pertinente neste objeto – que é finito – chamado texto não é a sequência em si, mas a relação que esta sequência estabelece com o acontecimento em que ela se dá.

Para a Linguística da Enunciação, não há texto por si, por isso nem caberia a pergunta “O que é texto?” e nem se poderia qualificá-lo por uma determinação específica. A pergunta evidente deveria considerar, a partir de um conceito de enunciação, quais categorias deveriam constituir esse campo teórico. Para tanto, é importante compreender que a enunciação é vista como um “acontecimento histórico” (GUIMARÃES, 1995, p. 67), um acontecimento de linguagem que é perpassado pelo interdiscurso. Este acontecimento só ocorre porque a língua funciona quando é afetada pelo interdiscurso, e o indivíduo assume uma posição de sujeito no discurso. Como é afetada pelo interdiscurso, a enunciação não é homogênea, não tem um sentido único, é uma dispersão.

No texto, então, se este interessa a uma abordagem enunciativa, o interdiscurso se mostra como “finitude no acontecimento enunciativo em virtude das posições enunciativas aí configuradas” (GUIMARÃES, 1995, p. 67). A posição enunciativa coloca o interdiscurso – que ocorre no acontecimento – como algo que tem começo e término. A textualidade, sendo assim, não se refere ao sujeito falante, ao ser físico, mas, conforme Guimarães (1995), se refere à posição-autor, que toma como suas as palavras que, na verdade, são do interdiscurso. Elas são dadas ao autor no acontecimento, que se revela como singular, “esquecendo o que de memória constrói o acontecimento, e portanto o texto” (GUIMARÃES, 1995, p. 67), constrói-se como unidade aquilo que é disperso e cria-se a ilusão de um “presente sem memória” (GUIMARÃES, 1995, p. 67). Sendo assim, coloca-se o texto “aberto à interpretação, que percorre as linhas da dispersão, da memória” (GUIMARÃES, 1995, p. 67).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para obter esse efeito de ilusão de unidade, utilizam-se operações e procedimentos de textualidade, como a coesão, por exemplo. Estes procedimentos marcam a presença de uma posição-autor.

Tomando por base Orlandi (1995), passaremos agora a ver algumas questões que denotam o que seria texto para a Análise de Discurso francesa. Segundo a referida autora, o texto “representa uma unidade significativa” (ORLANDI, 1995, p. 109) e para se ter um texto é preciso ter textualidade, que é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade; para se compreender o que é texto, deve-se entender a relação com o interdiscurso e com os sentidos. A proposta da autora, a partir de sua filiação teórica, é que se veja o texto como um objeto linguístico-histórico (histórico não no sentido de ser um documento, mas discurso). Para a autora, o discurso introduz um descentramento na própria Linguística, por isso poderia se dizer que o objeto é sócio-histórico e o linguístico intervém como pressuposto.

Nessa abordagem, Orlandi (1995), recorrendo a Pêcheux (1975), diz que “o texto – diríamos o discurso – não é um conjunto de enunciados portadores de uma, e até várias significações. É antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais” (ORLANDI, 1995, p. 110). A partir dessa citação, já podemos compreender a natureza do social como parte do processo de produção dos sentidos.

Se tomarmos o texto como objeto empírico, ele tem começo, meio e fim, mas se o temos enquanto discurso, a incompletude ali está. Não se trata mais de unidade fechada, uma vez que se relaciona com outros textos (que podem ser os existentes, os possíveis e os imaginários), assim como com as condições de produção (os sujeitos e a situação) e com a sua exterioridade (o interdiscurso: a memória do dizer).

O texto é um objeto que produz sentido porque podemos falar de uma historicidade do texto e por isso ele é atravessado por diversas formações discursivas, que constituem a heterogeneidade discursiva.

Para analisarmos o texto, algumas questões devemos considerar: a língua tem valor sistêmico; a língua tem valor social; nossos discursos são perpassados pela historicidade; os discursos e a produção de sentidos são perpassados pela dispersão, pelo heterogêneo e pelo múltiplo.

A língua é constituída de valor sistêmico (lembrando que sistema pressupõe um princípio de ordenação, é diferente de conjunto – proprie-

dade à priori. Nesse sistema, os signos linguísticos são solidários e nenhum é mais importante que o outro) e também de valor social, que propicia a circulação e a estabilização dos signos linguísticos. O sistema é aquilo que já há e aquilo que ainda virá.

A produção de sentido só é possível a partir do ponto de articulação do interdiscurso (plano da constituição – possibilidades) com o intradiscurso (plano da formulação – “fio do dizer”). O interdiscurso representa tudo o que posso dizer e aquilo que poderei dizer – é o que projeta a produção de sentido. O intradiscurso é aquilo que ganha a cristalização. Sendo assim, só tenho o dizer na intersecção do plano da constituição (interdiscurso) com o plano da formulação (intradiscurso).

O texto que passaremos a analisar ganhou materialidade no fio do dizer, mas outros tantos poderiam ter ocupado o seu lugar, dadas diversas condições de produção, como pontuou Pêcheux, “Todo enunciado é suscetível de tornar-se outro” e, assim, vários sentidos, graças à dispersão, poderiam surgir. Dispersão essa que se dá na relação com o interdiscurso, produzindo campos de interpretação.

O texto “Felicidade Clandestina”, de Clarice Lispector, um dos contos/crônicas¹⁹⁰ que compõem o livro de mesmo título, é narrado em primeira pessoa e conta a história de uma menina e de sua experiência com um livro, livro este que pertence a uma colega da escola, cujo pai era dono de livraria. Segundo a narradora, a menina pouco aproveitava disso, uma vez que nem no aniversário das colegas as presenteava pelo menos com um “livrinho barato” (LISPECTOR, 1998, p. 9). Ainda segundo a narradora, a menina deveria odiá-las, “nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres” (LISPECTOR, 1998, p. 9), justamente o oposto dela “ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados” (LISPECTOR, 1998, p. 9).

A narradora vivia a implorar à colega que lhe emprestasse os livros que ela não lia e nem se dava conta das humilhações a que era submetida por conta desse seu desejo de ler. Em uma ocasião, a menina lhe revela que tinha o livro “As reinações de Narizinho”, de Monteiro Lobato, e que ela passasse em sua casa no dia seguinte para pegá-lo emprestado. “Era um livro grosso, meu Deus, era um livro para se ficar vivendo

¹⁹⁰ Clarice Lispector não era “presa” a gêneros textuais. Esse conto foi escrito para ser uma crônica, conforme informação no livro *Felicidade clandestina*, 1998.

com ele, comendo-o, dormindo-o. E completamente acima de minhas posses” (LISPECTOR, 1998, p. 10). No dia seguinte, lá estava a narradora na casa da colega para pegar o tão desejado livro, mas a mesma disse que já o havia emprestado para outra menina, mas que ela voltasse no dia seguinte para buscá-lo. Conforme a narradora, o “plano secreto e diabólico” da filha do dono da livraria seguia. O “dia seguinte” perdurou por muito tempo. Todos os dias ela ia buscar o livro, mas sempre ouvia uma desculpa.

Aconteceu, porém, que um dia, enquanto ela estava na porta “ouvindo humilde e silenciosa” (LISPECTOR, 1998, p. 11) mais uma desculpa, eis que surge a mãe da garota que não emprestava os livros, pede explicações e consegue compreender o que estava acontecendo e diz para a filha: “mas este livro nunca saiu daqui de casa e você nem quis ler! (...) você vai emprestar o livro agora mesmo” (LISPECTOR, 1998, p. 11). Em seguida, diz para a narradora: “E você fica com o livro por quanto tempo quiser.” (LISPECTOR, 1998, p. 11).

A menina pegou o livro, saiu andando, e não pulando como sempre fazia pelas ruas de Recife, segurava o livro com as duas mãos, “comprimindo-o contra o peito” (LISPECTOR, 1998, p. 12), que estava quente. Narra que quando chegou em casa, não começou a ler; fingia não possuir o livro, para “depois ter o susto de o ter” (LISPECTOR, 1998, p. 12). Depois de horas, abriu o livro, leu “algumas linhas maravilhosas” (LISPECTOR, 1998, p. 12), fechou-o novamente, passeou pela casa, comeu pão com manteiga, fingia que não sabia onde havia guardado o livro, encontrava-o, abria-o: “Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. (...). Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. (...). Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante” (LISPECTOR, 1998, p. 12).

Acima, fizemos um breve resumo do texto, para que possam compreender o enredo. Agora, tentaremos elencar alguns aspectos pontuais que nos ajudem a entender como a historicidade é essencial para entendermos como se constitui a produção de sentido de um texto/discurso.

Como pontua Orlandi, “texto é o fato de linguagem por excelência” (ORLANDI, 1995, p. 113) e possui várias possibilidades. Estamos diante disso: de um fato de linguagem e de várias possibilidades que se instauram.

É salutar que consideremos questões que remetem à exterioridade

do texto em análise. Do ponto de vista empírico, ele apresenta uma unidade com começo, meio e fim e “aparentemente” nada lhe falta para que possa ser compreendido e interpretado. O texto se apresenta como “uma sequência homogênea que começa e termina. Este efeito de unidade opera pelo esquecimento de que o que se dá como texto só se interpreta levando em conta o que vem de fora, o interdiscurso. Portanto o que se dá como homogêneo e finito não o é” (GUIMARÃES, 1995, p. 68). Falta-nos “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 1995, p. 112), que é o objetivo da Análise de Discurso.

É possível percebermos na narrativa a existência de um lugar social ocupado pela personagem que deseja, mais que qualquer outra coisa, possuir um objeto, assim como uma personagem que o tem, não usufrui do mesmo, mas também não o empresta. Conforme nos é descrito ao longo do conto, a narradora busca incessantemente possuir o objeto do seu desejo, o livro.

Com base na descrição das características físicas da filha do dono da livraria e da narradora e de suas colegas, parece-nos que a menina se recusava a emprestar os livros porque odiava as colegas pelo fato de, fisicamente, terem uma beleza que, socialmente, é considerada mais aceita que a dela: “Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados. Tinha um busto enorme, enquanto nós todas ainda éramos achatadas (...) Como essa menina devia nos odiar, nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres” (LISPECTOR, 1998, p. 9). Nesse conto, as características físicas das personagens são índices identificadores dos espaços sociais que elas ocupam.

Elementos históricos e sociais contribuem para a efetivação do sentido. Historicamente, a sociedade tem criado determinados padrões de beleza os quais uns são incluídos e outros são excluídos, o que faz com que determinados sujeitos sejam aceitos e outros não sejam aceitos pela sociedade nem por si mesmos. Esses padrões vão criando oposições, tais como: belo x feio; magro x gordo; liso x crespo; alto x baixo, dentre outras, sendo o primeiro elemento do polo visto como superior ao elemento que compõe o segundo polo.

Outra questão: socialmente, a leitura é vista como um bem cultural. O fato de gostar de ler também coloca o sujeito narrador em uma posição de superioridade em relação ao outro sujeito.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os discursos que temos ali só ganham sentido porque existem sócio-historicamente, considerando também que o espaço em que os sujeitos leitores estão inscritos socioideologicamente e quais formações discursivas conseguem reconhecer no texto corroboram para a atribuição de determinado sentido.

A linguagem é espaço do dito e do não dito. Em nenhum momento é dada a fala à personagem que não quer emprestar o livro. Tudo que conhecemos da narrativa e das ações das personagens se dá pela voz da narradora, que é justamente a menina que se sente injustiçada. Temos os movimentos de busca pelo objeto do desejo da personagem que, quem sabe, quer ganhar a nossa compaixão e nosso apoio. O narrador também influencia as posições ideológicas do leitor e o silêncio muito diz, dependendo do contexto em que se insere.

Possivelmente, um dos objetivos do locutor seja entreter os leitores (leitores de jornais, professores e estudantes) e provocar uma reflexão sobre o sentido da felicidade, mas, imbuídos de determinadas ideologias e inseridos em determinada formação ideológica, poderíamos acrescentar a isso o questionamento de determinados conceitos e padrões que nos são impostos ao longo de nossa vida e também o fato de, às vezes, só enxergarmos um “lado da moeda”, ou melhor, uma versão da história. Talvez, o texto/discurso produzido tivesse a simples intenção de apenas relatar o grande desejo de um sujeito possuir um livro e sua persistência em alcançá-lo, mas os elementos que constituem uma formação discursiva não são ligados entre si por um princípio de unidade, embora a ideia de unidade pressuponha diretamente a de dispersão.

Todo discurso resulta de um *já-dito* (não sabido, apagado) e esse já-dito é sempre um *jamais-dito*. [...]. Porém, esse já-dito (re)aparece transformado em um *jamais-dito*, como continuidade de acontecimentos e discursos que se dispersam no tempo. Nesse ínterim, unidade e dispersão implicam-se, não se opõem, e uma formação discursiva tem sua regularidade pela constância de unidades *inteiramente formadas*. (FOUCAULT *apud* FERNANDES, 2007, p. 55-6) (grifos do autor)

Uma formação discursiva tem em seu interior vários discursos (que se entrelaçam, dificultando até mesmo um limite de fronteira entre eles), constituindo o interdiscurso, que se dá devido a presença dos diferentes discursos, originários de “diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva” (FERNANDES, 2007, p. 65-6).

A interação entre o sujeito produtor e o sujeito leitor é muito im-

portante para que a compreensão do texto se efetive, considerando os conhecimentos partilhados por ambos, a partir de elementos como a ideologia e o espaço social que ocupam, o que não significa, necessariamente, que não possam discordar, construir sentidos diferentes ou que o sentido pretendido pelo sujeito produtor possa ser atingido.

Tudo significa e representa: o título, que pode querer se referir à possibilidade do texto tratar de algo que provoca alegria, mas que não é considerado legal e lícito ou não é permitido, o fato de não ser concedido a fala em discurso direto para as personagens, a caracterização física e psicológica das personagens. Cada uma dessas questões é reveladora da heterogeneidade dos discursos e da multiplicidade de sentidos que podemos atribuir ao texto/discurso.

3. Considerações finais

Um texto pode até se fechar do ponto de vista de sua materialidade textual, porém não se fechará do ponto de vista discursivo, pois temos apenas a ilusão de unidade, nossa memória reclama a dispersão, o heterogêneo e o múltiplo, portanto, um mesmo texto/discurso pode gerar diferentes interpretações, a depender dos diferentes sujeitos que o leia.

Os discursos da autora e das personagens são perpassados pela historicidade que marcam o lugar social que ocupam, o que dizem e o modo como se posicionam só produzem determinado sentido porque a historicidade afeta a “linguagem de sentidos. Desse encontro resulta o texto” (ORLANDI, 2001, p. 113).

Enquanto sujeitos, somos sobredeterminados ou pela historicidade (materialismo histórico) ou pelo inconsciente (psicanálise). O sujeito tem desejo – aquilo que o impulsiona; e é esse desejo que funciona como o “gatilho” da interpretação. Interpretação essa que não se fecha, porque o equívoco é constitutivo da linguagem, está em sua estrutura. A linguagem produz equívocos e referências, produzindo divisão de sentidos, isso porque os sujeitos são sócio-historicamente constituídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUQUET, Simon; ENGLER Rudolf; WEIL, Antoinette. *Escritos de linguística geral*. Trad. de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e enunciação. In: *Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V. 9, n. 23. Porto Alegre, 1995. p. 65-9

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In: NUNES, José Horta; PFEIFFER, Claudia Castellanos (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto: construção de sentidos. In: *Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V. 9, n. 23. Porto Alegre, 1995. p. 21-7

LISPECTOR, Clarice. *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar?. In: *Série Estudos – Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba*. *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, 1984. p. 9-26

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. In: *Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V. 9, n. 23. Porto Alegre, 1995. p. 109-16

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.